

*Referência:*  
  
**CPA-072-2008**



*Versão:*  
  
1.0

*Status:*  
  
Ativo

*Data:*  
  
08/março/2008

*Natureza:*  
  
Aberto

*Número de páginas:*  
  
13

*Origem:*  
  
GCMIG e GEOPI

*Revisado por:*  
  
GCMIG

*Aprovado por:*  
  
GCMIG

*Título:*  
  
Proposta de Política de Cooperação Internacional do INPE

*Lista de Distribuição*

Organização	Para	Cópias
INPE	Unidades da Estrutura Organizacional do INPE (TQ-001)	

## Histórico do Documento

Versão	Alterações
1.0	Versão elaborada pelo GCMIG em conjunto com o GEOPI.

## Sumário

Apresentação .....	4
Justificativa .....	4
Discussões realizadas pelo GT2.....	5
Breve apresentação da organização e das ações da Assessoria de Cooperação Internacional do INPE .....	6
Premissas acerca da Assessoria de Cooperação Internacional do INPE .....	7
Missão da ACI/INPE.....	8
Visão da ACI/INPE .....	8
Atribuições adicionais da ACI/INPE.....	8
Política de Cooperação Internacional do INPE .....	8
Premissas acerca da Política de Cooperação Internacional do INPE .....	9
Indicativos para a Política de Cooperação Internacional do INPE .....	9
Diretrizes para a Política de Cooperação Internacional do INPE .....	10
Referências Bibliográficas .....	13
Siglas.....	13

## **Apresentação**

O presente documento apresenta uma proposta de política de Cooperação Internacional para o INPE, considerando a constituição, recentemente, de uma Assessoria de Cooperação Internacional (ACI). Esta proposta está alinhada ao Plano Diretor do INPE, explicitamente pela Ação Estratégica 6.2 (AE6.2) – *Institucionalizar as iniciativas de cooperação internacional, particularmente no que se refere à realização de missões espaciais e a participação em acordos globais multilaterais*, relativa ao Objetivo Estratégico 6 (OE6) – *Fortalecer o relacionamento institucional do INPE em âmbitos nacional e internacional*.

As iniciativas das relações institucionais, como apresentadas no Plano Diretor, têm como objetivos: a ampliação da geração e difusão de conhecimento por meio de atividades de pesquisa e desenvolvimento; o compartilhamento de dados científicos e ambientais; o acesso a tecnologias (inclusive tecnologias sensíveis); a busca de financiamento; a formação e a capacitação de recursos humanos; a ampliação de mercados para a indústria espacial nacional; e o compartilhamento de equipes e infra-estrutura. E, no caso mais específico da cooperação internacional, concentrar esforços em projetos vinculados às prioridades nacionais de desenvolvimento e que provoquem o adensamento das relações políticas, econômicas e comerciais entre o Brasil e os países parceiros, atuando com base em uma estratégia de relacionamento consoante com as diretrizes do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), da Agência Espacial Brasileira (AEB) e do Itamaraty.

## **Justificativa**

A Cooperação Internacional é um dos elementos vitais para as atividades relacionadas às áreas espacial e do ambiente terrestre (assim como áreas afins) para a grande maioria dos países que desenvolvem trabalhos neste campo. O Brasil tem tradição importante em cooperação institucional com outros países e organismos internacionais em várias áreas do conhecimento, graças justamente as ações realizadas pelo INPE no que tange os trabalhos envolvidos com a área espacial e do ambiente terrestre.

Entretanto, acredita-se que urge, neste momento, a elaboração de uma política de cooperação internacional para o INPE dadas as contingências do contexto externo, as exigências e posturas dos principais atores deste “clube” fechado e as decisões estratégicas que o Instituto tem tomado. Tais decisões devem, cada vez mais, estar respaldadas por diretrizes, premissas e *expertise* que consideram os vários aspectos que contornam as relações institucionais (de todos os tipos e perfis) internacionais e devem também ter como orientação contribuir para o país transformar *vantagens comparativas* em *vantagens competitivas* – como é o caso da atuação do INPE em atividades que podem valorizar fortemente, por exemplo, a biodiversidade brasileira, um patrimônio nacional considerável, por meio de sua conservação e/ou exploração sustentável, para citar apenas um exemplo.

O INPE possui, desde o primeiro semestre de 2007, uma Assessoria de Cooperação Internacional (ACI/INPE), que deve ser a protagonista da formulação, do desenvolvimento e da execução da política de cooperação institucional do Instituto, conforme as linhas gerais apresentadas abaixo.

## Discussões realizadas pelo GT2<sup>1</sup>

Dentre as ações prioritárias apresentadas pelo Grupo Temático 2 (GT2) para a atividade de cooperação internacional do INPE, uma já foi implementada, qual seja, a estruturação de uma unidade dedicada ao tema no Instituto. Outra, que a primeira vista parece menos relevante, mas que se apresenta como de fundamental importância para um Instituto com grande projeção internacional é a de *“implementar um portal de Cooperação Internacional/Nacional no site do INPE – bilíngüe, (...) e estabelecer uma estratégia de comunicação institucional compatível com as necessidades e proficiências dos vários setores do INPE envolvidos na área espacial”*.

Outras importantes questões e diretrizes apontadas pelo estudo são resumidas a seguir:

- Sobre os objetivos da cooperação:
  - ampliar a geração de conhecimento científico e tecnológico e a formação de recursos humanos;
  - reduzir riscos, custos, tempo e incertezas inerentes ao processo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
  - promover benefícios para a sociedade brasileira por meio da oferta de produtos e serviços e da transferência de tecnologia ao setor produtivo nacional.
  
- Sobre a relação com outras instâncias nacionais:
  - considerar, no estabelecimento da estratégia de cooperação do INPE, as estratégias de cooperação de outras instâncias relacionadas ao Instituto (AEB, MCT, Governo Federal, Centros Estaduais de Meteorologia etc.), devendo esta estratégia estar apoiada em uma explícita política espacial brasileira de forma a dar o embasamento necessário a estas cooperações.
  
- Sobre a comunicação / divulgação das atividades e resultados alcançados pelo INPE a potenciais parceiros internacionais:
  - melhorar de forma significativa a divulgação das atividades do INPE, dado que existe um grande desconhecimento por parte de outros países/organizações da capacidade do Instituto na área de projeto, desenvolvimento, suporte e prestação de serviços relacionados a atividades na área espacial, o que produz um impacto indireto na capacidade do INPE de estabelecer promissoras associações com tais países ou organizações, principalmente com novos e não tradicionais parceiros.
  
- Sobre recursos financeiros:
  - estabelecer meios efetivos de complementação orçamentária (além do Tesouro – financiamento interno e/ou externo) às cooperações internacional e nacionais em andamento e/ou futuras de forma a dar sustentabilidade

---

<sup>1</sup> Estas discussões estão contidas no Documento 5 (DIR-059-2007, *Documento 5 – Consolidação e Análise dos Estudos Temáticos*, 25 de março de 2007), no DIR-027 e no Plano Diretor do INPE acerca das relações institucionais do Instituto foram consideradas nesta proposta.

orçamentária de médio e longo prazo aos projetos existentes e futuros, incluindo a provisão de recursos para o lançamento de satélites.

- Sobre o estabelecimento de ações prioritárias de cooperação, a partir dos objetivos estratégicos principais, das diretrizes estabelecidas e das oportunidades atuais e futuras identificada no estudo GT2:
  - considerar cooperações que permitam uma maior autonomia estratégica – redução da dependência de serviços e tecnologia;
  - considerar cooperação com parceiros “tradicionais” detentores de conhecimento científico e/ou tecnologia – Estados Unidos (EUA), França, Alemanha, Canadá, Japão e outros;
  - considerar cooperação em programas e projetos com possibilidades de recurso extra-orçamentário (em relação ao INPE);
  - identificar estratégia regional (Mercosul, América Latina);
  - identificar estratégia de poder político e inserção global;
  - considerar cooperação com parceiros com menores ou sem restrições quanto ao bloqueio tecnológico;
  - considerar cooperação com países que necessitem do suporte do Brasil às suas Missões Espaciais;
  - considerar cooperações que visem um melhor entendimento sobre o meio ambiente e o crescimento sustentável.

### **Breve apresentação da organização e das ações da Assessoria de Cooperação Internacional do INPE**

A Assessoria de Cooperação Internacional (ACI/INPE) é constituída por um assessor, um doutor em engenharia, uma pesquisadora (MsC) da Coordenação de Observação da Terra (OBT) e uma secretária. Esta área está diretamente ligada ao Diretor e faz parte da Diretoria Colegiada do Instituto. Foi constituída no primeiro semestre de 2007, com as seguintes atribuições (DE/DIR-2143.01, de 30/03/07):

- Gerenciar as atividades de cooperação internacional do INPE;
- Participar de missões de representação do INPE no exterior, em fóruns e em negociações internacionais;
- Participar da formulação da Política de Cooperação Internacional do INPE;
- Preparar estudos sobre geopolítica e relações internacionais;
- Gerenciar convênios e acordos internacionais do INPE.

Assim sendo, suas atribuições vão desde acompanhar e gerenciar as parcerias e acordos já existentes e potenciais, participar de missões e negociações internacionais, preparar estudos a partir do levantamento da situação geopolítica em geral e das áreas espacial e do ambiente terrestre em particular, até a organização de delegações que vão viajar ao exterior e as que vêm para visitar o INPE, a organização de eventos de um modo geral, entre outros. Verifica-se, entretanto, que um ponto crítico na atual forma de funcionamento é que cerca de 30% a 40% das atribuições da Assessoria estão relacionadas

a trabalhos mais burocráticos, o que desvia o foco das ações de cunho mais estratégico da unidade.

Segundo o assessor da ACI, uma das primeiras ações da referida Assessoria está sendo a recuperação de material e documentos já realizados sobre convênios, acordos e parcerias internacionais e sobre estratégias de ações sugeridas para o incremento destes. Os documentos que vem servindo de base para tais ações são: o relatório do GT2 (CPA-032-2006, *Papel do Brasil no cenário internacional e cooperação em atividades espaciais, modelagem e observação do sistema terrestre, 4 de janeiro de 2007*) e o documento DIR-027 (*A Geopolítica da Cooperação Internacional no Espaço*).

As iniciativas de cooperações de *cunho científico* e de *cunho tecnológico* têm sido tratadas de forma diferenciada no INPE. Enquanto as primeiras ocorrem baseadas em iniciativas mais individuais, dos pesquisadores e com uma postura reativa de apoio da ACI, as de cunho tecnológico apresentam maior dificuldade para serem viabilizadas, indicando a necessidade de uma atenção especial e um papel mais pró-ativo da ACI. Exemplos são os acordos com os EUA que, no tocante às cooperações científicas (ex.: National Oceanic and Atmospheric Administration – NOAA) têm funcionado adequadamente, enquanto as cooperações tecnológicas – que envolvem acordos relativos a tecnologias sensíveis, troca de conhecimento e informações geralmente estratégicos e que estão relacionados à área de defesa e/ou à de setores cuja concorrência é cada vez mais acentuada (como em telecomunicações) – têm enfrentado pontos críticos. No entanto, é importante que, independentemente da natureza da cooperação, estas ações sejam conduzidas de forma cada vez mais institucionalizada dentro do INPE.

Outro ponto que vem sendo discutido é que o Brasil deve mudar de estratégia e de atitude a respeito de acordos internacionais na área espacial e do ambiente terrestre e entender que não somos mais um país que apenas recebe tecnologias, mas já somos capazes de ofertá-las, o que implica mudanças nas estratégias e nas formas de atuação e contato com outros países. O Quadro Matriz, elaborado pelo GT2 (CPA-032-2006), pode indicar como tratar essa mudança de postura do país e, portanto, do INPE em relação às cooperações internacionais.

Finalmente, quanto ao alinhamento com outras instituições envolvidas com as políticas e estratégias (também de cooperação internacional) na área espacial (MCT, AEB, MRE/Itamaraty), o contexto está bem encaminhado. As relações com o Itamaraty, por exemplo, se desenrolam num nível muito profissional e mesmo quando há descontinuidades ou mudanças não tem havido ruptura nos contatos.

Diante do exposto, observa-se que as ações da recém criada ACI ainda estão focadas em iniciativas pontuais que contribuem para a organização da área, mas que possuem impacto ainda restrito no delineamento de uma política institucional de cooperação internacional para o INPE e operacionalização dos acordos. Neste sentido, justifica-se um reforço de tal estrutura, assim como uma discussão acerca da elaboração de uma política nesta temática (contemplada na próxima sessão deste documento).

#### *Premissas acerca da Assessoria de Cooperação Internacional do INPE*

- A ACI/INPE é o órgão de formulação e de execução da Política de Cooperação Internacional do INPE.
- A ACI/INPE é o órgão que tem como função, além da execução da Política de Cooperação Internacional, a atualização desta no momento das revisões do Planejamento Estratégico do INPE.

- A Direção do INPE deve apoiar a institucionalização das iniciativas da área de cooperação internacional do INPE, considerando as atribuições da Assessoria de Cooperação Internacional (ACI).
- A Direção do INPE deve prover os recursos humanos e materiais, assim como a infra-estrutura para a realização das atividades da ACI/INPE, no intuito desta reunir competências e capacidades para o seu pleno funcionamento.

#### *Missão da ACI/INPE*

Ser a unidade de formulação, assessoramento e execução das atividades de cooperação internacional do INPE, dotando o Instituto de informações, promovendo ações estratégicas relativas às áreas espacial e do ambiente terrestre e apoiando o país a ampliar seu espaço e sua soberania nas relações internacionais.

#### *Visão da ACI/INPE*

Ser o *locus* de promoção da troca de conhecimento e da elaboração de ações estratégicas do INPE com o mundo exterior.

#### *Atribuições adicionais da ACI/INPE*

As atribuições da ACI/INPE, já delimitadas na DE/DIR, podem, por sua vez, contar com um reforço, representado pelas seguintes atividades:

- Propor iniciativas voltadas para o fortalecimento das atividades de cooperação do INPE, a partir de uma postura mais pró-ativa (por meio da identificação de demandas e de oportunidades científicas, tecnológicas e de cunho estratégico) e de inteligência para *assessment* e investigação sobre cooperação com e entre outros países e organismos internacionais.
- Definir critérios e procedimentos para identificação, priorização e governança das atividades de cooperação internacional no INPE.
- Organizar delegações para viagens no exterior, assim como receber delegações estrangeiras.
- Apoiar pesquisadores e alunos de instituições internacionais em atividade no INPE e do INPE no exterior.
- Levantar, recuperar e organizar material e documentos relativos a convênios, acordos e parcerias internacionais já realizadas para subsidiar a política e as ações na área de cooperação internacional.
- Promover o intercâmbio científico e tecnológico entre o INPE e outras instituições internacionais congêneres.

#### **Política de Cooperação Internacional do INPE**

Uma vez delimitado o papel da ACI/INPE, cabem algumas propostas acerca da implementação de uma política de cooperação internacional para o Instituto.

### *Premissas acerca da Política de Cooperação Internacional do INPE*

- A Política de Cooperação Internacional do INPE deve se pautar pelo princípio da reciprocidade.
- A Política de Cooperação Internacional do INPE deve se pautar, especialmente, pela participação em acordos multilaterais.
- A Política de Cooperação Internacional será formulada e executada pela ACI/INPE.
- A Política de Cooperação Internacional deve ser atualizada juntamente com as revisões do Planejamento Estratégico do INPE.
- A Política de Cooperação Internacional deve ser composta por metas e critérios relativos à realização das atividades de cooperação internacional, de forma a que os mesmos possam ser avaliados no momento do Planejamento Estratégico.
- A Política de Cooperação Internacional deve considerar as especificidades das cooperações de cunho acadêmico e de cunho tecnológico para traçar metas e subsidiar ações.
- A Política de Cooperação Internacional deve ter caráter estratégico para a definição das missões, convênios, contratos e tratados com países e organismos internacionais, de forma a preservar, reforçar e ampliar o escopo das atividades nas áreas de atuação do INPE, quais sejam, espacial e do ambiente terrestre, bem como a soberania do país em tais áreas.

### *Indicativos para a Política de Cooperação Internacional do INPE*

Uma das lacunas apontadas pela ACI é a dificuldade de acompanhar assuntos relacionados a quadros legais e regulatórios do país. No que tange ao contexto internacional (países e tratados, entre outros), o Itamaraty fornece apoio bastante razoável. Diante disso, é de fundamental importância a atuação da ACI de forma bastante estreita com o Núcleo de Inovação Tecnológica NIT/INPE, dado que este, por sua vez, pode aproveitar das informações advindas da ACI, via acompanhamento das estratégias e as ações elaboradas e implementadas por esta em relação a acordos e parcerias internacionais (idem quanto às nacionais) para executar suas atividades de forma mais alinhada a outras ações e atividades do Instituto.

Uma maior interação entre essas duas unidades certamente proporcionará um ganho singular no levantamento, tratamento e divulgação de informações que podem servir a diferentes finalidades, sem a ocorrência de duplicação de trabalho e esforço.

Da mesma forma, faz-se também importante a delimitação de critérios e procedimentos para identificação, priorização e gestão de atividades de cooperação no INPE. Um interessante ponto de partida para a identificação dos critérios é considerar o levantamento e as sugestões de estratégias de cooperações elaborados pelo GT2 (CPA-032-2006), apontados na Matriz Estratégica de Cooperação, conforme quadro reproduzido abaixo.

A proposta do GT2 é que *“a partir da matriz estabelecida, sejam delineadas as organizações espaciais com distintas características geopolíticas/geográficas que melhor se adequem às necessidades e objetivos de cooperação do INPE, enfatizando as diretrizes balizadoras para cada grupo de organizações espaciais”*.

O documento DIR-027 (*A Geopolítica da Cooperação Internacional no Espaço*) realiza uma discussão relativamente abrangente sobre a política espacial de algumas nações, que a ACI acredita estão se organizando de forma a que o INPE não pode nem deve ignorar. São elas:

Índia, Rússia, Japão, Coréia do Sul e, em menor grau, África do Sul. Essa também pode ser uma diretriz de ação, ou seja, um levantamento sobre as iniciativas que tais países vêm desenvolvendo nas áreas espacial e do ambiente terrestre.

### Matriz Estratégica de Cooperação – GT2

Atividade	Mundo			Brasil
	Organizações espaciais avançadas	Organizações espaciais similares	Outras organizações espaciais	
<b>Pesquisa</b>	.Ampliação da geração de conhecimento e de aprendizado. .Acesso a dados.	.Intercâmbio científico para proporcionar saltos conjuntos.	.Difusão do conhecimento.	.Difusão do conhecimento. .Fortalecimento de núcleos regionais. .Formação de recursos humanos (RH).
<b>Tecnologia</b>	.Acesso à tecnologia. .Reduzir riscos, custos, tempo e incertezas.	.Desenvolvimento conjunto. .Complementação de recursos.	.Ampliação de mercados para a indústria espacial nacional (oferta de produtos e prestação de serviços).	.Difusão do conhecimento. .Fortalecimento de núcleos regionais. .Formação de RH. .Transferência de tecnologia.
<b>Aplicações</b>	.Desenvolvimento de metodologias avançadas. .Observação e Modelagem do sistema terrestre e espacial. .Acesso a dados. .Formação de RH.	.Intercâmbio de dados, produtos e serviços.	.Fornecimento de dados, produtos e serviços. .Formação de RH.	.Treinamento. .Serviços públicos.

Fonte: GT2 (CPA-032-2006)

#### *Diretrizes para a Política de Cooperação Internacional do INPE*

Diante do exposto, sugerem-se as seguintes diretrizes:

A) de um ponto de vista estratégico:

1. O estabelecimento de ações, critérios e mecanismos para a identificação, priorização e gestão das atividades de Cooperação Internacional do INPE. Num primeiro momento, tais ações, critérios e mecanismos podem considerar as seguintes atividades de cunho mais estratégico:
  - i) aprofundar e finalizar o quadro das estratégias propostas na Matriz exposta acima no que respeita o contexto das relações internacionais do INPE, observando as atividades e os tipos de organizações apontadas, assim como as análises realizadas e contidas no documento DIR-027;
  - ii) evoluir as estratégias levantadas na mesma Matriz, agregando novos elementos que permitam identificar oportunidades de cooperação para: acesso a recursos financeiros, humanos e de infra-estrutura via participação em acordos globais

multilaterais, desenvolvimento conjunto de tecnologias sensíveis, acesso a tecnologias sensíveis, entre outros critérios;

- iii) reavaliar as parcerias já existentes e as oportunidades que se aventam e que podem ser abertas no curto, médio e longo prazos, identificando países e/ou organismos mais importantes do ponto de vista do desenvolvimento científico (pesquisa), tecnológico e das aplicações com os quais o INPE deve manter acordos e contatos, considerando as diferentes estratégias para o desenvolvimento de suas atividades;
- iv) tais tarefas devem levar em conta aspectos colocado pelo estudo do GT2, como visto acima, dentre os quais podem ser citados: as cooperações que permitam uma maior autonomia estratégica – redução da dependência de serviços e tecnologia; as cooperações com parceiros “tradicionais” detentores de conhecimento científico e/ou tecnologia – EUA, França, Alemanha, Canadá, Japão e outros; as cooperações em programas e projetos com possibilidades de recurso extra-orçamentário (em relação ao INPE); as cooperações que visem um melhor entendimento sobre o meio ambiente e o crescimento sustentável.

2. O reforço do caráter institucional da área de cooperação internacional do INPE, como explícito no Documento 5 do Planejamento Estratégico do INPE, *“com maiores condições para a ampliação do uso da cooperação como elemento estratégico das ações finalísticas do INPE. Para tal, é necessário também reforçar e alinhar a estratégia de cooperação do INPE com as estratégias de outras organizações críticas (tais como AEB, MCT, Governo Federal, Centros Estaduais de Meteorologia), além de implementar e fortalecer competências e estabelecer estruturas mais adequadas para a identificação, negociação e gestão das cooperações (de forma centralizada e também nas áreas)”*.

Sugere-se que tais aspectos sejam levantados e discutidos a partir de matrizes que considerem as vertentes da pesquisa, da tecnologia e das aplicações, derivadas da Matriz Estratégica de Cooperação do GT2. Um primeiro esboço das possibilidades de cooperação nestas diferentes vertentes foi realizado, mas por motivo de segurança e sigilo, o Diretor do Instituto solicitou que o mesmo não seja divulgado.

Outro aspecto de interesse é o levantamento de potenciais fontes de recursos para a realização de acordos internacionais. Foi realizado um levantamento preliminar, com a equipe da ACI/INPE, o qual é apresentado abaixo. Foi chamada a atenção para uma fonte importante de recursos que pode ser utilizada, e que não foi incluída no quadro abaixo, que é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

#### Fontes de recursos utilizadas e/ou existentes para a realização de acordos de Cooperação Internacional

Atividades	Fontes de Recursos		
	Nacionais	Internacionais	Organismos supra-nacionais
Pesquisa	CNPq, FAPESP, FINEP, CAPES	NSF/USA	ONU, UE, OEA
Tecnologia	CNPq, FAPESP, FINEP		UE, CEOS
Aplicações		NOAA, JAXA	WMO

B) de um ponto de vista operacional:

3. A partir das ações que a ACI pretende implementar no curto e médio prazo:

- i) a criação de um portal que contenha uma grande gama de informações para orientar as iniciativas de cooperação e que deve conter desde memorandos de acordos e parcerias já realizados (inclusive com o “caminho das pedras” sobre as instituições no país que podem cobrir determinadas despesas, como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo – Fapesp) até “fichas” com informações completas de países e organismos que estão na mira dos acordos da área espacial, informações sobre programas globais, entre outros;
- ii) a elaboração de um “mapa” da cooperação internacional com países e organismos com os quais o Brasil tem ou deveria ter acordos, visando facilitá-los (com destaque para China, EUA, Alemanha, França, Inglaterra);
- iii) o reforço da estrutura de apoio aos acordos e convênios, desde o que diz respeito à organização de viagens e eventos e recepção de delegações estrangeiras, até a confecção de cartões;
- iv) a formação de uma elite de estudantes e profissionais que possa apoiar com grande conhecimento das estruturas, mecanismos e instrumentos, as ações de cooperação do INPE na área espacial, profissionalizando essa prática dentro da Instituição. Isso se daria pela realização de convênio entre o INPE e universidades que tenham curso de Relações Internacionais (Universidade de Brasília – UnB, Universidade de São Paulo – USP, por exemplo) para que, por meio de bolsas de estudos obtidas pelo INPE, alunos de iniciação científica, mestrado e/ou doutorado dessas instituições façam estágio no INPE em cooperação internacional e já tenham noções fundamentais sobre a temática da cooperação na área espacial e do ambiente terrestre.

4. A partir de outras ações:

- i) a criação de um banco de dados sobre ex-alunos e ex-funcionários/pesquisadores do INPE que estejam em instituições no exterior (temporária ou permanentemente) para que seja fonte de informação para as áreas de relações institucionais do INPE;
- ii) a construção de uma página institucional com informações básicas para viagens internacionais, como as exigências de visto e outros para diferentes países, entre outros, endereços de embaixadas no país e das brasileiras no exterior.

## Referências Bibliográficas

- CPA-032-2006
- DIR-027

## Siglas

ACI	Assessoria de Cooperação Internacional
AE	Ação Estratégica
AEB	Agência Espacial Brasileira
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEOS	Committee on Earth Observation Satellites
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EUA	Estados Unidos
FAPESP	Fundação de Amparo a Pesquisa no Estado de São Paulo
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GT2	Grupo Temático 2
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
JAXA	Japan Aerospace Exploration Agency
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
NOAA	National Oceanic and Atmospheric Administration
NSF	National Science Foundation
OBT	Coordenação de Observação da Terra
OE	Objetivo Estratégico
OEA	Organization of American States
ONU	Organização das Nações Unidas
RH	Recursos Humanos
EU	União Européia
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
WMO	World Meteorological Organization